

Derrubando muros e construindo pontes: *a experiência da Rede Intersetorial de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente da Região de Pinheiros, São Paulo*

Tearing down walls and building bridges:
the experience of the Intersectoral Network for the Integral Protection of Children and Adolescents in the Pinheiros Region, São Paulo

Derribando muros y construyendo puentes:
la experiencia de la Red Intersectorial para la Protección Integral de Niños y Adolescentes en la Región de Pinheiros, São Paulo

 **MIRIAM TRONNOLONE***

Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo, São Paulo- SP, Brasil.

 **VANDA DONIZETI VERGUEIRO RENAUD****

Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo, São Paulo- SP, Brasil.

RESUMO: Neste trabalho temos o objetivo de descrever e analisar a experiência de uma rede intersetorial voltada à proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes na região de Pinheiros, na cidade de São Paulo, no período de 2016 a 2018, visando sistematizar e avaliar essa experiência, identificar suas características e formas de funcionamento. Assim, apresentamos um estudo de caso de natureza qualitativa, com base em pesquisa documental, realizada junto à rede intersetorial objeto deste estudo, além de pesquisa bibliográfica. Concluímos que, ao articular diversos/as profissionais de diferentes serviços e setores que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da

* Graduada em Serviço Social e mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Participa da Rede Intersetorial de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente da Região de Pinheiros e da Rede Diálogos Intersetoriais da Região Central de São Paulo. *E-mail:* <miriamt1961@gmail.com>.

** Graduada em Letras Português na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e em Pedagogia e com Especialização em Psicopedagogia pela Faculdades Integradas Campos Salles. Participa da Rede Intersetorial de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente da Região de Pinheiros. *E-mail:* <vrenaud@uol.com.br>.

Criança e do Adolescente, tal rede propicia um rompimento da fragmentação existente no setor público, favorecendo, assim, a proteção integral de crianças e adolescentes prevista na legislação brasileira. A partir de um quadro teórico embasado nas ciências sociais e políticas, apresentamos também possibilidades de atuação intersetorial, ainda um desafio à gestão pública.

Palavras-chave: Rede de Pinheiros. Intersetorialidade. Sistema de Garantia de Direitos. Políticas Sociais.

ABSTRACT: This article seeks to describe and analyze the experience of an intersectoral network related to the integral protection of the rights of children and adolescents in the Pinheiros region, in the city of São Paulo, from 2016 to 2018. It aims to systematize and evaluate this experience, identify its characteristics and ways of functioning. Therefore, we present a case study of a qualitative nature based on documental research, carried out with the intersectoral network object of this study, in addition to bibliographic research. We conclude that by articulating several professionals from different services and sectors that make up the Child and Adolescent Rights Guarantee System, this network breaks with the existing fragmentation in the public sector, and thus favors the integral protection of children and adolescents provided by Brazilian legislation. From a theoretical framework grounded in social and political sciences, we also present possibilities for intersectoral action, which is still a challenge for public management.

Keywords: Network of Pinheiros. Intersectorality. Rights Guarantee System. Social Policies.

RESUMEN: En este trabajo describimos y analizamos la experiencia de una red intersectorial dirigida a la protección integral de los derechos de los niños y adolescentes en la región de Pinheiros, en la ciudad de São Paulo, Brasil, de 2016 a 2018, con el objetivo de sistematizar y evaluar esta experiencia, identificar sus características y formas de funcionamiento. Así, presentamos un estudio de caso de carácter cualitativo, basado en una investigación documental, realizada con la red intersectorial objeto de este estudio, además de una investigación bibliográfica. Concluimos que, al articular a varios profesionales de diferentes servicios y sectores que integran el Sistema de Garantía de los Derechos de la Niñez y la Adolescencia, esta red permite romper

con la fragmentación existente en el sector público, favoreciendo así la protección integral de la niñez y adolescencia brindada en la legislación brasileña. Desde un marco teórico fundamentado en las ciencias sociales y políticas, también presentamos posibilidades de acción intersectorial, que sigue siendo un desafío para la gestión pública.

Palabras clave: Red de Pinheiros. Intersectorialidad. Sistema de garantía de derechos. Política social.

Introdução

*“Em tempos de crise, os sábios constroem pontes,
enquanto os tolos constroem muros”.*

T. Challa – Filme Pantera Negra

Ao atuar no atendimento à crianças e adolescentes no Brasil, alguns dos atores que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA, tais como: professores/as da educação básica, educadores/as dos serviços da assistência social, profissionais da saúde, diretores/as ou coordenadores/as de qualquer área social, já não se sentiram impotentes, sozinhos/as ou angustiados/as frente à situações difíceis, com casos complexos com vítimas de direitos violados?

Deparamo-nos, seja nas grandes cidades ou interiores distantes, com crianças e adolescentes vítimas de diferentes tipos de violência, com seus direitos fundamentais desatendidos. Muitas vezes negligenciados pelas próprias políticas públicas que têm o precípuo dever de garanti-los.

A Constituição Federal – CF de 1988, no seu artigo 227¹, e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.990)² nos seus artigos 1º, 3º e 4º, estabelecem a proteção integral às crianças e aos adolescentes (BRASIL, 1988; 1990). Acreditamos, no entanto, que a forma como são estruturados e funcionam os serviços públicos na prática cotidiana não favorecem essa proteção.

A organização da estrutura do Poder Público é tradicional, pois é setorializada, fragmentada e hierárquica, funcionando com base na lógica do encaminhamento e da responsabilização do Outro. O aparato governamental preocupa-se com cada uma de suas fatias e seus produtos isoladamente. Tendo muitas dificuldades para superar esse modelo e avançar em propostas e experiências que se organizem com base na intersectorialidade. Geralmente, cada setor atua apenas dentro de sua própria área de competência e de sua especificidade, havendo pouco conhecimento sobre outras políticas públicas e seus funcionamentos (INOJOSA, 2001).

Cada setor restringe-se ao seu atendimento específico, deixando de considerar o indivíduo como um todo e como parte de um contexto histórico social (INOJOSA & JUNQUEIRA, 2008). Assim, os serviços concentram-se, na maioria dos casos, no atendimento paliativo, considerado pouco eficaz.

Como profissionais com formação acadêmica em Serviço Social e Pedagogia, atuamos na Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo por mais de 15 anos, supervisionando serviços de atendimento à crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social. Frequentemente, no nosso cotidiano profissional, deparamo-nos com histórias de vidas marcadas por violações de direitos.

O desafio de atender crianças e adolescentes vivendo e trabalhando nas ruas ou acolhidas em instituições, cumprindo medidas socioeducativas, necessitando de inserção em saúde e educação e diversas outras áreas, motivou profissionais da assistência social a procurar profissionais de outros setores públicos, com vistas ao atendimento integral. Essa iniciativa culminou na criação da Rede Intersetorial de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente da Região de Pinheiros³ – doravante referida como Rede de Pinheiros –, em São Paulo.

Desde 2009 o processo de construção da Rede de Pinheiros vem enfrentando e superando dificuldades, buscando alternativas e se reconstruindo constantemente, num esforço dinâmico e coletivo.

Reiteradamente temos nos indagado: como seria trabalhar de um modo diferente daquele que vem sendo adotado no âmbito público? Como seria trabalhar de modo integrado e integrador do ser humano? Como seria, na prática, trabalhar em rede com outros/as profissionais de diferentes serviços e não separadamente?

Embora possa parecer, falar de rede não é óbvio, pois o termo é empregado com múltiplos significados e sentidos. Existem contextos nos quais rede nomeia objetos, como rede de pesca ou de dormir. Há outros em que o termo faz referência a modalidades de relações interpessoais primárias e secundárias, tais como: família, vizinhos e amigos. Há situações em que rede diz respeito a uma cadeia de serviços, como supermercados, drogarias etc. Existem, também, as famosas redes sociais da internet, tais como: *LinkedIn*, *Facebook* e *Instagram*. Existem as redes de serviços públicos de um determinado setor, como as redes de escolas do setor da educação, as redes de unidades do setor da saúde etc. Há, ainda, as redes de articulação intersetorial de trabalho, composta por profissionais de diversas áreas e/ou instituições, mais recentes no setor público.

Sônia Vermelho, Ana Paula Machado Velho & Valdecir Bertonecello (2015) pesquisaram sobre a gênese do conceito de rede de forma mais ampla e em diferentes áreas do conhecimento – como saúde, educação e comunicação –, e em diferentes disciplinas – como Antropologia, Filosofia e Biologia. Outros/as autores/as fizeram estudos mais específicos, tais como: Carlos Eduardo Amaral & Maria Lúcia Bosi (2016), que realizaram pesquisas sobre os múltiplos usos e significados de rede para uma demarcação

conceitual no campo da saúde coletiva, e Lia Sanicola (2015), que estudou a intervenção em rede no trabalho social.

Neste artigo apresentamos um estudo sobre a Rede de Pinheiros, que se constituiu como um espaço de articulação de trabalho entre servidores/as das diversas áreas do setor público, principalmente do âmbito municipal; profissionais de organizações da sociedade civil e demais atores do Sistema de Garantia dos Direitos.

Pretendemos sistematizar, pensar e avaliar a experiência da Rede de Pinheiros, suas características e formas de funcionamento, buscando responder à seguinte indagação: a Rede de Pinheiros pode ser reconhecida legitimamente como uma rede intersetorial de trabalho no setor público?

Para tal, optamos pela metodologia de pesquisa do estudo de caso, modalidade de que consideramos adequada para melhor conhecer e compreender os aspectos intrínsecos da Rede de Pinheiros enquanto processo social inserido em seu contexto habitual; observando como se dão as relações, as tomadas de decisões e os resultados obtidos (CHIZZOTTI, 2006). Para tanto, realizamos pesquisa bibliográfica sobre os temas 'rede' e 'intersetorialidade' e pesquisa documental da Rede de Pinheiros.

Em nossa investigação, embasamo-nos em autores/as majoritariamente brasileiros/as que abordam o tema rede, em suas diversas formas na sociedade contemporânea, bem como em autores/as que tratam da questão da intersetorialidade e da proteção social, como nós; visto que nossa pesquisa é sobre uma experiência de rede intersetorial de proteção integral no campo das políticas públicas sociais (WHITAKER, 1993; INOJOSA, 2001; INOJOSA & JUNQUEIRA, 2008; FERREIRA, 2009; GOUVEIA, 2009; GUARÁ & GONÇALVES, 2010; CASTELLS, 2005).

Salientamos que nossas referências são compostas por críticos da estrutura político-social verticalizada, fragmentada, existente ainda na sociedade e na administração pública, razão pela qual seus trabalhos foram selecionados como fonte de consulta e de fundamentação. De certa forma, todos/as os/as autores/as apontam como perspectiva a formação de redes, mas com diferentes enfoques.

Além da Introdução, este artigo conta com mais quatro seções: a primeira situa nosso estudo na literatura e foi construída a partir de pesquisa bibliográfica; a segunda remonta a origem e momentos significativos da Rede de Pinheiros em sua construção coletiva; a terceira apresenta conclusões sobre a experiência; e a quarta e última que se reserva às considerações finais.

Situando nosso estudo na literatura

Para compreender como as redes (sociais, de trabalho, presenciais, virtuais etc.) constituíram-se e se organizaram buscamos, inicialmente, contextualizar as mudanças

históricas da ciência e da sociedade que antecederam a forma do ser humano pensar e se organizar em rede.

A História não é simples, ela contém várias verdades, mitos e vieses. Nesta seção, recuperamos, de forma sintética, um longo período histórico, com o objetivo de contextualizar as mudanças substanciais no pensamento da sociedade.

O século XVII marca uma nova maneira de produzir conhecimento, pois o discurso religioso cede lugar ao discurso científico. Tal mudança estende-se ao século XVIII, período de transição da estrutura da sociedade e do conhecimento. Podemos dizer que a ciência do século XVIII organiza seus estudos em áreas específicas como forma de aprofundar os conhecimentos. Essa metodologia de fragmentação das ciências é concretizada a partir do século XIX, quando a ciência é separada em disciplinas que são ensinadas e apreendidas de forma segmentada (SOUZA SANTOS, 1988).

Ao longo da história da humanidade, o acesso à riqueza ocorreu de modo desigual. Tal desigualdade foi aprofundada com as mudanças sociais decorrentes do processo de industrialização e urbanização (INOJOSA & JUNQUEIRA, 2008). No final do século XX, novas mudanças ocorreram, o mundo globalizou-se e outros paradigmas surgiram, inaugurados pela revolução tecnológica e digital. A globalização transformou a produção e o trabalho, aprofundando a desigualdade e exclusão social, intrínsecas ao sistema capitalista (CASTELLS, 2005; INOJOSA & JUNQUEIRA, 2008).

Manuel Castells é uma referência mundial por investigar os efeitos das novas tecnologias da informação sobre a economia, a política e a organização e funcionamento da sociedade. A partir do final do século XX, com a evolução de novas tecnologias, Castells (2005) passou a estudar as redes sociais digitais, por ele denominada sociedade em rede⁴.

Sobre o impacto das tecnologias na sociedade, Rose Marie Inojosa & Luciano Junqueira (2008) apontam que ao mesmo tempo em que o desenvolvimento tecnológico e digital democratizou as relações humanas, dando voz e vez a diversos grupos minoritários identitários, ele também ampliou o número de excluídos tecnologicamente do mercado de trabalho.

Se por um lado o processo de fragmentação da ciência favoreceu maior aprofundamento e acúmulo de conhecimentos, por outro gerou limitações para o enfrentamento de uma nova realidade, mais complexa e multifacetada. Novos desafios foram colocados para a ciência, demandando um olhar ampliado e global para os problemas da atualidade.

Apesar das redes de tecnologia permitirem a descentralização e o compartilhamento de decisões (CASTELLS, 2005), a estrutura da sociedade ainda movimenta-se de forma hierárquica e fragmentada, estando organizada de modo setorial em quase todos os seus campos de atuação, motivos, entre outros; o que impede um avanço mais rápido do desenvolvimento mundial. As marcas dessas divisões permeiam as estruturas da sociedade até os dias atuais: na produção industrial, na administração pública, nas corporações profissionais, nas disciplinas da educação escolar, nas especializações da saúde e de outras áreas (GUARÁ & GONÇALVES, 2010; INOJOSA & JUNQUEIRA, 2008).

Ainda segundo Castells (2005, p. 27), na maioria dos países “o modelo burocrático racional do Estado da Era Industrial está em completa contradição com as exigências e os processos da sociedade em rede”. O setor público, que deveria moldar a sociedade para entrar no mundo tecnológico, foi o que menos fez para se atualizar e é o espaço que mais impõe obstáculos para a difusão e funcionamento em rede.

Com a conexão do mundo através de redes digitais, alguns países iniciaram movimentos buscando modificar o atendimento fragmentado à população. Agentes de diversas áreas do conhecimento começaram a conversar entre si, com o intuito de construir canais de comunicação, conhecimento e informação capazes de promover, de forma eficaz, uma assistência integral à população desprovida de direitos. As sociedades vêm tentando operar em rede, embora esbarrem nas estruturas de poder e na fragmentação de saberes e práticas (INOJOSA & JUNQUEIRA, 2008).

Nas últimas décadas, as redes de trabalho surgiram como estruturas alternativas àquelas hierarquizadas e fragmentadas de atendimento à população.

Embora o termo rede possa ter vários significados, construídos culturalmente ao longo da história, todos eles compartilham uma ideia comum, presente no seu significado original: “entrelaçado de fios [...], formando uma espécie de tecido de malha aberto, composto em losangos ou em quadrados de diversos tamanhos” (HOUISS, 2021). Além disso, no dicionário, rede contém outros significados, tais como: “conjunto de pontos que se comunicam entre si”; “conjunto de pessoas ou organizações que mantêm contato entre si, [...] com interesses e objetivos comuns”, “grupo de pessoas que trabalham juntas”, entre outros.

Do mesmo modo, concordamos com Amaral & Bosi quando defendem que a noção de rede possui alguns parâmetros comuns:

As definições apresentam como núcleo semântico a ideia de que algo é criado por meio de comunicação, contato, entrelaçamento ou outras formas de relação entre elementos, estabelecendo novas possibilidades com base na estrutura assim produzida. Essa ideia-motriz permite a aplicação da noção de rede em diversas situações, [...], ao fazer referência a aspectos de ligação, articulação, associação, comunicação, interdependência e conjunto (AMARAL & BOSI, 2016, p. 2).

Essa mesma ideia motriz está presente também nos trabalhos de outros/as autores/as aqui citados/as e que abordaram o tema rede (CASTELLS, 2005; GUARÁ & GONÇALVES, 2010; INOJOSA, 2001; INOJOSA & JUNQUEIRA, 2008 E WHITAKER, 1993).

Para Francisco Whitaker, a estrutura em rede é uma alternativa à estrutura piramidal. O autor afirma que na rede:

seus integrantes se ligam *horizontalmente* a todos os demais, diretamente ou através dos que os cercam. O conjunto resultante é como uma malha de múltiplos fios, que pode se espalhar indefinidamente para todos os lados, sem que nenhum dos seus nós possa ser considerado principal ou central, nem representante dos demais. Não há um ‘chefe’, o que há é uma vontade coletiva de realizar determinado objetivo (WHITAKER, 1993, p. 2).

Assim, segundo o autor, para assegurar o funcionamento em rede é preciso que pessoas e/ou entidades ocupem a mesma posição na rede e definam, conjuntamente, os “objetivos comuns e/ou complementares” a serem realizados (WHITAKER, 1993, p.7).

Na sociologia, Castells concebe rede como

um conjunto de nós conectados, e cada nó, um ponto onde a curva se intercepta. Por definição, uma rede não tem centro, e ainda que alguns nós possam ser mais importantes que outros todos dependem dos demais na medida em que estão na rede’ (CASTELLS, 1998, *apud* GUARÁ & GONÇALVES, 2010, p.14)⁵.

Em Inojosa (2001, p.108), o conceito de rede fica subentendido quando a autora defende que instituições, organizações e pessoas se articulem, programem e realizem “ações integradas e articuladas” em torno de uma questão da sociedade e juntos avaliem os resultados para orientar a ação. Assim, a autora acredita que o “compromisso, a articulação de ações” é fundamental para o funcionamento da rede, além da necessidade de adotar como base a “avaliação e o planejamento conjunto”.

Isa Maria Guará e Antônio Sérgio Gonçalves (2010, p.14) citam Whitaker e Castells para abordar um tipo específico de rede, a “rede de proteção social”, e afirmam que ela é uma “articulação intencional” de pessoas e grupos humanos, ou seja, uma estratégia organizativa que ajuda seus integrantes “a potencializarem suas iniciativas para promover o desenvolvimento pessoal e social de crianças, adolescentes e famílias nas políticas sociais públicas”.

Ao tratar da intersectorialidade como estratégia de gestão educativa para implantar a educação integral, Maria Julia Azevedo Gouveia (2009, p.10) considera que é preciso que cada ator ou cada instituição reconheça o alcance e limite de sua atuação e articulação e, por isso, procurem “atuar em parceria”, conectando-se em rede, para ampliar e realizar um trabalho baseado em relações complementares e interdependentes.

A partir dos/as diferentes autores/as apontados/as, é possível destacar que a atuação em rede apresenta as seguintes características: horizontalidade; não centralidade; objetivos comuns; compromisso social e corresponsabilidade; planejamento e avaliação conjunta, para o desenvolvimento de ações de modo integrado; articulação intencional que potencializa iniciativas grupais/institucionais pré-existentes com vistas à atuação integrada.

Cabe a nós, então, perguntar: qual é a forma de estruturação e de funcionamento do Poder Público no Brasil? Ele está estruturado e funciona na forma de rede de trabalho?

Assim como Guará & Gonçalves (2010), acreditamos que ainda vivemos momentos de transição entre os modelos hierárquicos e outros mais flexíveis de estruturação do poder público na realidade brasileira, ou seja, intenções de especialização com intenções de integração. No setor público, existem algumas ações governamentais que articulam vários setores, fóruns e projetos com participação de organizações e grupos sociais. Porém,

é mais comum existirem as redes setoriais públicas, que agregam apenas os serviços de uma mesma política pública setorial, como a rede de escolas, a rede de serviços da saúde, a rede de serviços da assistência (socioassistencial) etc. Tal organização setorial, burocrática, verticalizada e hierárquica “pode funcionar como pontos de resistência às mudanças necessárias, porque geralmente padronizam e enrijecem a sua oferta à população” (GUARÁ & GONÇALVES, 2010, p.26).

Embora a legislação de algumas políticas públicas sociais, como as de saúde, de assistência social e de educação⁶ aborde a questão da intersectorialidade e da articulação entre políticas e programas setoriais, entendemos que o princípio da intersectorialidade é pouco valorizado nessas leis e consideramos que é nas normativas legais do direito da criança e do adolescente que a legislação prevê, efetivamente, a promoção de espaços intersectoriais e de integração para atuação conjunta em rede. No entanto, apenas em 2006, na Resolução nº 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que o trabalho em rede passa a ser citado⁷.

A rede intersectorial possui base legal para existir, todavia a estrutura dos serviços públicos ainda se mantém da mesma maneira: verticalizada e compartimentada. Para Guará & Gonçalves (2010, p.26), “a articulação entre diferentes políticas setoriais ainda é incipiente, uma vez que as ações intersectoriais normalmente caminham de modo mais lento, porque demandam mudanças de posição e novos arranjos dos poderes institucionais”.

As redes sociais intersectoriais vêm surgindo como tentativa de superar a setorialização das políticas públicas, que não estão se mostrando capazes de promover um atendimento integral ao indivíduo nas suas necessidades humanas e sociais.

Para Inojosa, a intersectorialidade é uma expressão do campo das políticas públicas, das organizações e das instituições. Contudo, a autora prefere usar o termo transectorialidade, pois entende que não se trata apenas de juntar setores e defende a necessidade de criar uma nova dinâmica para o aparato governamental, que se organize com base territorial e populacional, que articule “saberes e experiências com vistas ao planejamento, para a realização e a avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas” (INOJOSA, 2001, p.105).

Para avançar na perspectiva da transectorialidade, a autora ressalta que é preciso superar a estrutura governamental hierarquizada e fatiada, e que para tal é necessário ir além da reforma administrativa e desenvolver um processo participativo de planejamento, com vistas à atuação em rede de compromisso social. Nesse sentido,

o Estado vai permeabilizando-se e abrindo-se à sociedade, trabalhando não em setores, não em clausuras, mas com outros parceiros que também estavam fazendo o provimento de necessidades e expectativas da sociedade também com uma lógica disciplinar, isolada, setorial (INOJOSA, 2001, p.107).

A intersetorialidade, assim como a rede, supõe trocas que se dão nas relações políticas, gerenciais e técnicas de modo horizontal, reconhecendo as diferenças, saberes, capacidades e a contribuição de cada política setorial, visando um objetivo comum (FERREIRA, 2009).

Concordamos que intersetorialidade envolve mais do que a junção de diferentes setores, pois se trata de uma integração que, para ocorrer de fato, necessita de uma mudança de paradigma no setor público, envolvendo avaliação e planejamento participativos e tendo como base o critério regional, focado em determinado segmento populacional (INOJOSA, 2001). Neste trabalho, utilizamos o termo intersetorialidade com esse sentido conceitual mais amplo e, a partir da discussão apresentada, construímos uma definição de rede que nos orienta.

Assim, entendemos a rede intersetorial na área social pública como uma forma de atuação coletiva, cujo processo resulta na formação de uma estrutura ou organização que tem por base a articulação e integração de diversos atores e setores. Esses atores e setores, por sua vez, se relacionam de forma horizontal, assumem compromissos em corresponsabilidade, atuam em parceria para alcançar objetivos comuns, planejam e avaliam conjuntamente e de maneira participativa as próprias ações a fim de enfrentar situações complexas.

Rede de Pinheiros: origem, momentos significativos de uma construção coletiva

Recuperar a história da Rede de Pinheiros foi tarefa árdua, pois os poucos registros encontrados estavam desorganizados e dispersos.

Trabalhando como arqueólogos, que buscam vestígios do passado e montam um quebra-cabeça, recolhemos diversos tipos de registros/documentos: *e-mails*, anotações em cadernos, convites, listas de presença e relatórios de reuniões (semelhantes a atas). A partir desses documentos e registros, foi possível recuperar a história e lembrar, com mais precisão, certos acontecimentos.

Ao organizar e analisar esses materiais, identificamos alguns movimentos de mudanças, que sugeriram três momentos significativos na história da Rede, a saber: antecedentes da Rede de Pinheiros (2009 a 2012); formação da Rede de Pinheiros (2013 a 2015); e consolidação da Rede de Pinheiros (de 2016 em diante).

Período que antecedeu a formação da Rede de Pinheiros (2009 a 2012)

Em 2009, iniciou-se uma articulação setorial entre os/as profissionais da assistência social da Prefeitura de São Paulo, que buscavam integrar os seus serviços de atendimento à crianças, adolescentes e adultos com direitos violados de duas regiões próximas: Lapa

e Pinheiros. Na sequência, as demandas por atendimento em saúde mental desses usuários promoveram a construção de um espaço intersetorial e, assim, uma interlocução constante entre os/as profissionais da assistência social e do setor da saúde, começando com encontros bimensais. Inicialmente, esses encontros foram denominados de Fórum da Assistência Social e Saúde Lapa e Pinheiros – doravante Fórum.

Nos primeiros encontros, o entendimento entre os/as profissionais do Fórum foi marcado por divergências, conflitos, cobranças e culpabilizações mútuas. Após vários encontros foi possível perceber uma melhora na integração do grupo, à medida que os/as participantes apresentavam seus serviços, suas possibilidades de atendimento, suas dificuldades e formas de funcionamento.

Nesse processo, com vistas à preparação dos encontros intersetoriais, criou-se uma comissão de organização do Fórum, com representantes técnicos das supervisões dos setores de saúde e da assistência social. Buscava-se, assim, um novo modo de trabalhar, com uma atuação mais articulada e integrada, capaz de romper a lógica de encaminhamentos pontuais dos casos. Nessa nova proposição de trabalho, os casos passavam a ser de responsabilidade de todos/as os/as participantes dos serviços envolvidos.

Após algum tempo de reuniões conjuntas, mais precisamente no segundo semestre de 2012, os integrantes do Fórum optaram por dividir os encontros por região, Lapa e Pinheiros, e por população atendida, adultos e crianças/adolescentes. Esses encontros menores, focalizados nos atendimentos de uma única região e de um segmento específico da população, foram denominados microrredes, e eram intercalados com os encontros unificados das duas regiões. Também nesse período, o Fórum passou a contar com a participação de profissionais da Defensoria Pública que, a princípio, atuavam como palestrantes.

No final de 2012, os/as participantes de ambos os setores avaliaram avanços na qualidade da comunicação e maior compreensão quanto ao funcionamento dos diferentes serviços, o que favoreceu o estreitamento das parcerias entre os setores de saúde e da assistência social, gerando maior prontidão aos atendimentos. Esse processo estabeleceu os alicerces da construção da Rede de Pinheiros.

Período de Formação da Rede de Pinheiros (2013 a 2015)

A partir das vivências produtivas realizadas entre 2009 a 2012 e com a efetiva divisão do Fórum em microrredes por região e por público alvo, nasce, no início de 2013, a Rede de Pinheiros.

Mesmo após a efetiva divisão – em Microrrede Lapa e Microrrede Pinheiros, ainda houve, durante algum tempo, reuniões do Fórum, espaço do qual representantes do setor da educação começaram a participar.

A Microrrede de Pinheiros- Criança e Adolescente teve seu nome alterado diversas vezes até a denominação atual: Rede Intersectorial de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, ou simplesmente, Rede de Pinheiros. Nesse período de mudanças, novos atores passaram a integrá-la, tais como: Conselho Tutelar, Defensoria Pública, Ministério Público e a Vara da Infância e Juventude.

No início desse período, com a integração desses novos atores, a Rede de Pinheiros começou a discutir casos de crianças e adolescentes, a debater temas relacionados aos casos estudados, a elaborar um diagnóstico dos serviços existentes em cada setor para, então, propor a criação de serviços necessários à região. Examinemos melhor o que significaram algumas dessas iniciativas.

A primeira delas, a discussão de casos de crianças e adolescentes, foi uma alternativa para enfrentar a complexidade das demandas dos/as usuários/as dos serviços públicos. Entendia-se que os casos eram representativos de outras situações presentes na realidade da região de Pinheiros e no contexto social mais amplo. Posteriormente, percebeu-se a necessidade de dar continuidade a esses atendimentos, extrapolando os encontros da Rede. Passou-se, então, a criar pequenas redes que contavam somente com a participação dos serviços envolvidos, podendo ter caráter transitório em função do caso. Essas pequenas redes de serviços específicos, introduzidas pela Rede de Pinheiros, foram denominadas microrredes de colaboração, de modo a propiciar o aprofundamento dos estudos de casos.

Com vistas a esse aprofundamento, surgiu a segunda iniciativa, pois integrantes sentiram a necessidade de discutir alguns temas relacionados ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, aos papéis e formas de atuação dos membros do Sistema de Garantia de Direitos⁸ e às políticas públicas e questões da atualidade. Nos registros examinados observamos também que o grupo procurou aprofundar seus conhecimentos sobre a região, o que levou à realização de um diagnóstico para a caracterização de Pinheiros, o que configurou na terceira iniciativa.

Para tal, baseou-se no levantamento de dados de cada setor concernentes aos serviços/recursos existentes, aos problemas e às necessidades e demandas dos serviços/setores e do público alvo. Dessa caracterização, apresentada e discutida em diversas reuniões, gerou-se um documento sobre as particularidades da região, contendo propostas para melhorar e ampliar serviços.

A Rede de Pinheiros era entendida como um coletivo de trabalho de prática intersectorial e também como um espaço de formação profissional continuada onde teoria e prática, intimamente relacionadas, contribuíam para o aprendizado a partir das questões e necessidades presentes no cotidiano do trabalho.

Período de Consolidação da Rede de Pinheiros (de 2016 em diante)

Da formação embrionária de rede, apresentada no Fórum entre 2009 e 2012, passando pela divisão em microrredes, e, seu nascimento em 2013, a atual Rede de Pinheiros foi sendo construída num processo constante de transformação.

Consideramos que a partir de 2016 a Rede de Pinheiros entrou num processo de consolidação, e vem se mantendo praticamente com as mesmas características e funcionamento até a atualidade. No início de 2016, frente às mudanças administrativas e de participantes, a Rede de Pinheiros buscou seu reconhecimento, legitimidade e fortalecimento junto às instâncias governamentais da região. É sobre esse período, mais recente, que nos debruçamos.

A investigação referente ao período entre 2016 e 2018 foi realizada a partir de robusto conjunto de registros, composto por convites, listas de presença, relatórios de reuniões e anotações pessoais de participantes da Rede de Pinheiros.

Apesar das diferentes conjunturas e dificuldades vivenciadas no período em questão, a Rede de Pinheiros manteve constância na realização de reuniões, na elaboração de relatórios e no registro de presenças. Com relação ao arquivamento desses documentos, esclarecemos que, em função das dificuldades enfrentadas, como mudanças de participantes e de local das reuniões, ocorreram alguns extravios.

Primeiramente, foram localizadas, em média, seis listas de presença e seis relatórios por ano, a partir dos quais identificamos a realização de, aproximadamente, dez reuniões anuais. Por meio dessas listas e de dados obtidos com análise dos cadernos de frequentadores/as dos encontros da Rede de Pinheiros, identificamos que a reunião com menor público contou com 16 participantes, e que a reunião com maior público contou com 37 participantes, ou seja, uma média de 25 participantes por reunião.

Com relação à participação por setor, listamos, em ordem decrescente, os setores com maior número de participantes nas reuniões: assistência social; saúde; educação; organizações não governamentais; sociedade civil; Conselho Tutelar; Defensoria Pública; Ministério Público; Vara da Infância e Juventude; além de outros setores, tais como: habitação e previdência social⁹.

Tendo em vista a caracterização do período em questão, selecionamos seis relatórios de reuniões, a saber, o de 5 de fevereiro e o de 1º de abril de 2016 (REDE, 2016a; 2016b); o de 10 de março e o de 7 de abril de 2017 (REDE, 2017a; 2017b); o de 2 de fevereiro e o de 7 de dezembro de 2018 (REDE, 2018a; 2018b), e um registro em caderno referente à reunião da Rede de Pinheiros de 1º de dezembro de 2017 (REDE, 2017c).

A partir de análises realizadas previamente, esses documentos foram selecionados por apresentarem, mais diretamente, a avaliação e o planejamento da Rede de Pinheiros. Nesse sentido, esses documentos favorecem a identificação das formas de funcionamento, dos movimentos de mudanças e da participação dos/as integrantes do grupo na

avaliação dos avanços, dificuldades e planejamento de propostas para enfrentamento dos problemas.

Com relação ao funcionamento da Rede de Pinheiros, constatamos que a periodicidade e organização das reuniões foram, em todas as ocasiões, discutidas coletivamente. Assim, seus/suas participantes definiam as datas, os horários de início e término, local e formas de organização dos encontros. No relatório da reunião, abaixo transcrito, encontramos registro que exemplifica esse tipo de deliberação:

As reuniões da Rede continuarão a ocorrer mensalmente, de fevereiro a dezembro, nas primeiras sextas-feiras de cada mês, das 9h00 às 12h00, sendo das 9h00 às 9h30 organização e acolhida com lanche comunitário; 9h30 às 10h40 – discussão e/ou devolutiva de casos; 10h40 às 11h40 – discussão de tema e no final informes e avaliação (REDE, 2018a).

Para melhor organizar as reuniões, um grupo intersetorial de trabalho foi criado. À época denominado GT, era composto por alguns representantes de diversos setores. Atualmente o grupo é denominado Grupo de Apoio, e é aberto a/todos/as os/as integrantes da Rede de Pinheiros, sendo revisto anualmente.

Aos membros do Grupo de Apoio, cabe realizar tarefas de organização e gerenciamento da Rede de Pinheiros, conforme relatório de dezembro de 2017: “os membros do Grupo de Apoio articulam, organizam e administram as tarefas para o bom desenvolvimento dos encontros da Rede” (REDE, 2017c). Assim, os membros são responsáveis, dentre outras atribuições: pela elaboração da pauta, elaboração dos convites e divulgação das reuniões; pela articulação dos convidados para desenvolver os temas previamente escolhidos pelos participantes; por providências pós-reuniões, tais como: o envio de relatórios e de outros materiais.

Por meio da análise dos relatórios selecionados, constatamos, também, a recorrência de rotinas adotadas durante as reuniões: circulação da lista de presença; horário fixo de início e término previamente estabelecido pelos/as integrantes; momento inicial de acolhimento, com lanche comunitário e boas-vindas aos/às presentes; rodada de apresentação dos/as participantes; definição de coordenador/a(es/as) e de relator/a(es/as) para a reunião, podendo ter sido definidos em reunião anterior; justificativa de ausências; retomada do histórico ou de informações sobre o funcionamento da Rede de Pinheiros; apresentação da programação proposta e aprovação da pauta do dia; estudo e discussão de casos quando necessário; apresentação e discussão de um dado tema; informes, avaliação e encaminhamentos.

Tais rotinas, além de facilitarem a organização e o funcionamento da Rede de Pinheiros, são aspectos de teor prático que visam o favorecimento da aproximação e inclusão de participantes, a manutenção e participação do público presente, a geração de parcerias, compromissos e pertinência ao grupo. No tocante a esses aspectos, destacamos o seguinte trecho:

Esta reunião contou com vários profissionais que vieram pela primeira vez, sendo assim, na apresentação foram dadas diversas informações importantes sobre o funcionamento/atendimento de diversos serviços. Foi um momento que gerou parcerias a partir do conhecimento e de troca de informações sobre o que temos no território, o que tornou o encontro muito interessante (REDE, 2018a).

Ao longo da existência da Rede de Pinheiros, desde 2013, seus/suas participantes foram construindo um formato regular de organização e funcionamento das reuniões, embora flexível. De maneira geral, as pautas dessas reuniões subdividem-se em momentos de discussão sobre casos de crianças, adolescentes e suas famílias e sobre temas sugeridos no planejamento anual. Examinemos detalhadamente cada uma dessas ocasiões.

O estudo de casos

Nas reuniões da Rede, o estudo de casos acontece quando um/a ou mais profissionais solicitam a discussão em plenária, de um determinado atendimento no qual estão envolvidos/as. Esses atendimentos, por vezes, exigem uma ação articulada de diferentes profissionais, serviços e setores e são os/as próprios/as profissionais responsáveis que apresentam o caso.

A prática de estudo de casos visa um atendimento de melhor qualidade à população e, também, pretende contribuir para que os/as profissionais dos diferentes serviços e setores trabalhem em conjunto e de modo integrado. Para tal, parte-se das informações apresentadas sobre os atendimentos realizados, do relato das dificuldades e dos problemas que envolvem esses atendimentos, da avaliação dos serviços disponíveis e das condições histórico-sociais dos sujeitos, de modo a fomentar a discussão e reflexões com vistas à elaboração de propostas que possam trazer contribuições ao caso discutido.

Entende-se que os casos são representativos de outras situações existentes na região de Pinheiros e em outras regiões do país, como se pode ler a seguir:

Os casos trazem ensinamentos. As situações levadas à discussão são experiências vividas, que ensinam e auxiliam quando (alguém) se depara com outras situações semelhantes ou complexas. Sempre há algo nas discussões de casos a se aproveitar, utilizar [...] As discussões que acontecem podem contribuir na resolução de outras questões e (de) outros casos (REDE, 2017a).

Na Rede de Pinheiros, para aprofundar a discussões de casos, decidiu-se criar microrredes de colaboração, que são reuniões realizadas apenas entre os/as profissionais dos serviços/setores envolvidos diretamente no caso, para dar continuidade às discussões e ações necessárias, trabalhando conjuntamente fora das reuniões plenárias.

Após o estabelecimento da microrrede de colaboração de um dado atendimento, são realizadas, em ocasião oportuna, devolutivas na reunião plenária sobre seu andamento.

O atendimento aos casos esbarra, constantemente, na falta de estrutura adequada dos próprios serviços/setores. No entanto, o trabalho intersetorial pode minimizar esse problema, pois os serviços passam a atuar conjuntamente, conforme registrado no relatório de 7 de abril de 2017, no qual se define que “ao discutirmos um caso, este não é o meu caso, mas nosso”. Com essa atuação conjunta sobre os casos, os serviços passam a se complementar, pois, de acordo com relatório de 1º de dezembro de 2017, “cada um tem um recurso disponível para dar suporte [...] então, é preciso atuar em parceria, desenvolvendo o trabalho em microrrede”.

Discussão de Temas

A partir das necessidades apontadas pelos/as profissionais envolvidos/as e da discussão dos casos, a Rede de Pinheiros promove debates a respeito de políticas públicas setoriais e de temas que possam contribuir para ampliar o conhecimento dos/as participantes, favorecer a discussão dos casos e o enfrentamento de outros problemas.

Nesse sentido, no planejamento anual, são sugeridos e escolhidos pelos/as participantes temas mais relevantes a serem debatidos, conforme os exemplos coletados no relatório da reunião realizada em 10 de março de 2017:

- » Concepções de matriciamento (SUS) e de referência e contra referência (SUAS);
- » Trabalho social com famílias;
- » Adolescência e juventude e o uso de álcool e drogas;
- » Infância e juventude: uso das redes sociais;
- » Outros temas a partir dos casos.

Alguns temas são retomados em mais de um encontro, a depender da avaliação do grupo, como aconteceu com dois temas tratados no ano de 2016: saúde mental na infância e na adolescência; e o papel e atuação da Defensoria Pública, do Ministério Público, da Vara da Infância e Juventude. E também no ano de 2018: com trabalho social com famílias; e instrumentos para trabalho com famílias: genograma, diagrama e mapa de rede.

Para aprofundar os debates são indicados convidados/as, podendo ser algum membro do próprio grupo ou especialistas externos.

Construindo pontes: algumas conclusões sobre a experiência da Rede de Pinheiros

Partindo de um formato centralizado, no qual setores distintos realizavam suas próprias funções e tarefas específicas, até chegar a um conjunto de setores relacionados e empenhados em somar esforços visando objetivos comuns e representativos de um trabalho em Rede, foi um longo caminho.

O primeiro período foi marcado por aproximações e por separações entre regiões, setores e populações atendidas, bem como pela construção de uma linguagem comum e entendimentos possíveis. Assim, as bases que proporcionaram o nascimento da Rede de Pinheiros foram sendo estabelecidas.

No segundo período, após alguns movimentos de aproximação e de separação de regiões e de populações atendidas, da inclusão de novos atores sociais e após várias mudanças de denominação, nasce a Rede Intersetorial de Proteção Integral à Criança e Adolescentes de Pinheiros, objeto de estudo deste trabalho.

Foi, no entanto, no terceiro período que a Rede de Pinheiros se consolidou, tendo presença mais constante de seus/suas integrantes, mantendo suas características e forma de funcionamento, com os estudos de casos e as discussões de temas.

É sobre esse último período, transcorrido mais especificamente entre 2016 e 2018, que recai nossa questão: a Rede de Pinheiros pode ser legitimamente reconhecida como uma rede intersetorial de trabalho no setor público?

Para responder a questão, recuperamos, a partir de pesquisa bibliográfica, as características do trabalho realizado em rede: objetivos comuns, horizontalidade, não centralidade, avaliação e planejamento conjunto, corresponsabilidade, compromisso e parceria para enfrentar situações complexas. Vejamos, então, como essas características estão presentes na Rede.

A Rede de Pinheiros tem como *objetivo comum* atuar de modo integrado, com vistas à proteção integral de crianças e adolescentes, buscando efetivar a garantia de seus direitos previstos em lei. Por isso, sua atuação tem como público alvo crianças, adolescentes e suas famílias, desde que residam ou usem serviços públicos da região de Pinheiros ou, ainda, que estejam em situação de rua, ou seja, realizando trabalho infantil e/ou morando nas ruas da região.

Na Rede de Pinheiros, as discussões são feitas no coletivo, com a participação dos/as presentes nas reuniões, havendo espaço para que todos/as possam opinar, debater, propor e tomar decisões em grupo. Nesse sentido, a *horizontalidade* está caracterizada, pois se busca favorecer a circulação de informações nas reuniões e fora delas, “todos os participantes de uma rede podem acessar qualquer informação que circule em sua estrutura, uma vez que informação é poder e, na concepção de rede, não há um único centro de poder” (GOUVEIA, 2009, p.14).

Não há distinção hierárquica nem centralidade. Não há um 'chefe', pois as reuniões são marcadas por rodízio de coordenadores/as e relatores/as, havendo apenas um pequeno grupo de apoio que tem como função organizar e encaminhar os pontos deliberados pelo coletivo. Ademais, a não centralidade se expressa através da criação de outros polos, que são as microrredes de colaboração. Considerando esses dois elementos, entendemos que a *não centralidade* caracteriza o funcionamento da Rede de Pinheiros.

Nela, os/as integrantes participam de forma efetiva no processo de avaliação e planejamento, apontando os avanços, problemas e dificuldades e, por fim, fazendo proposições. É, portanto, a partir da *avaliação e do planejamento conjunto* que o grupo define as mudanças na sua forma de organização e de funcionamento e faz o planejamento anual que, por sua vez, é flexível às novas demandas.

A *corresponsabilidade* se concretiza na medida em que se desenvolvem processos participativos, com avaliação e planejamento realizados coletivamente e, também, a partir das decisões e das responsabilidades combinadas e compartilhadas.

O *compromisso* se expressa por meio de presença, participação e desenvolvimento de ações articuladas e integradas em torno de casos ou de temas discutidos em reunião. Os/as profissionais, serviços e instituições integrantes da Rede de Pinheiros assumem o *compromisso* com a questão social dos direitos da criança e do adolescente e com a própria Rede, pois para que ela continue "é preciso resistir, ter compromisso de todos" (REDE, 2017c).

A *parceria* se dá a partir do reconhecimento das limitações e da necessidade de complementaridade. Para que ela ocorra, é necessário haver troca de informações, diálogo, debate, atuação conjunta e decisões compartilhadas. Quando da existência de conflitos, existe a possibilidade de elaborá-los e resolvê-los no grupo.

A partir do exposto, é possível afirmar que a Rede de Pinheiros está organizada e funciona de acordo com as características concernentes às redes, apontadas na literatura e adotadas para fins de análise e avaliação da experiência construída neste trabalho. No entanto, ainda resta uma questão a esclarecer: a Rede de Pinheiros é uma rede intersetorial?

No tocante à intersetorialidade da Rede de Pinheiros, podemos afirmar que se trata de uma rede intersetorial, pois constatamos a participação de profissionais de diversos setores. Salientamos que não há apenas uma somatória de setores, mas uma verdadeira integração, uma vez que, no espaço promovido os/as profissionais dos diferentes serviços e setores envolvidos se conhecem e trabalham de modo articulado, buscando superar a fragmentação existente na organização do Poder Público local. A articulação se dá principalmente por meio da discussão dos casos e dos temas e, conseqüentemente, as iniciativas grupais e institucionais são potencializadas.

Concluimos que, desse modo, a Rede de Pinheiros é uma estrutura composta de diversos atores, oriundos de diversos setores, que atuam no coletivo de modo integrado,

relacionando-se de forma horizontal, sem centralidade, com compromisso social, corresponsabilidade e parceria para alcançar objetivos comuns. Os/as integrantes planejam conjuntamente e avaliam as ações de forma participativa a fim de enfrentar situações complexas, visando garantir o direito à proteção integral das crianças e adolescentes.

Autorizamos-nos, como membros participantes desde o início dessa experiência, a acrescentar que a Rede de Pinheiros continua funcionando, apesar de enfrentar inúmeras dificuldades, tais como: demanda excessiva de trabalho dos/as profissionais dos diferentes setores e serviços públicos, o que impossibilita, por vezes, sua participação nos encontros da Rede de Pinheiros e/ou das microrredes de colaboração; a falta de clareza de alguns gestores a respeito do funcionamento e organização do trabalho da Rede de Pinheiros, que dificulta a liberação dos/as funcionários para as reuniões e, por vezes, a liberação de espaços; falta de valorização e de reconhecimento do trabalho realizado pela Rede de Pinheiros por parte do Poder Público local, com exceções, acarretando falta de incentivo à participação dos/as interessados no trabalho da Rede, gerando rotatividade dos/as integrantes nos encontros.

Apesar de todas essas dificuldades, perguntamos-nos: por que a Rede de Pinheiros se mantém em atividade?

Acreditamos que os/as profissionais do setor público e das organizações da sociedade civil percebem que a Rede gera mais possibilidades de atuação conjunta, rompendo com o isolamento entre profissionais, serviços e setores, promovendo assim a interlocução, a integração e a troca de conhecimentos e aumentando as chances de alcançar o objetivo de favorecer a proteção integral de crianças e adolescentes.

Na Rede de Pinheiros há um compartilhamento de saberes teóricos e práticos, que auxiliam no enfrentamento de situações complexas, muitas vezes semelhantes. A constante discussão conjunta de casos e de temas gera a possibilidade de conhecimento sobre as diversas políticas setoriais e uma formação continuada sobre políticas sociais integradas. Por fim, consideramos que a Rede de Pinheiros vem sendo construída num processo participativo e democrático, o que favorece o comprometimento dos/as participantes.

Neste trabalho, tratamos de uma experiência vivida e não de um modelo a ser seguido. Assim, analisamos uma experiência concreta, com possibilidades e limites reais, com dificuldades e avanços e tecemos reflexões concernentes a Rede de Pinheiros. Esta sistematização pode servir como referência e/ou estímulo para a criação ou fortalecimento de outras redes. Enfim, procuramos mostrar que o trabalho em rede embora difícil é possível.

Considerações finais

“Quando o muro separa uma ponte une...”

Maurício Tapajós & Paulo César

Neste trabalho identificamos que as redes sociais são compostas por diversas características: horizontalidade, não centralidade, objetivos comuns, parceria, corresponsabilidade, compromisso, planejamento e avaliação conjunta. Ademais, redes são mecanismos de trabalho coletivo e integrado e, quando se propõem serem intersetoriais, devem ir além da simples junção de várias áreas, pois é necessário promover, na prática, a articulação e integração entre os diversos setores. Desse modo, entendemos que a Rede de Pinheiros está configurada como uma rede intersetorial.

Nestes tempos, em que são mais comuns as divisões, a “construção de muros”, as redes intersetoriais de trabalho se colocam como espaço de diálogo, como pontes que se abrem para novos horizontes e libertam as pessoas de seus mundos solitários.

Recebido em: 09/11/2021. Aprovado em 10/01/2022.

Notas

- 1 Esse artigo declara ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito: à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- 2 O ECA dispõe sobre a proteção integral (art.1) afirmando que crianças e adolescentes gozam de todos os direitos fundamentais da pessoa humana, para o seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, sem nenhum tipo discriminação (art.3), sendo dever da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos seus direitos constitucionais (art. 4).
- 3 A região de Pinheiros está localizada na Zona Oeste da cidade de São Paulo, é próxima ao Centro e é composta por quatro distritos: Itaim Bibi, Jardim Paulista, Alto de Pinheiros e Pinheiros.
- 4 Segundo Castells (2005, p.18), “a sociedade em rede é global, é baseada em redes globais. Então, a sua lógica chega a países de todo o planeta e difunde-se através do poder nas redes globais de capital, bens, serviços, comunicação, informação, ciência e tecnologia”. Para Castells aquilo a que chamamos globalização é outra maneira de nós se referirmos à sociedade em rede .
- 5 A obra em questão se trata de: CASTELLS, M. *Hacia el Estado rede? Globalización economica e instituciones politicas en la era de la información*. Texto apresentado no Seminário Sociedade e Reforma do Estado. Brasília, 1998.
- 6 Sistema Único de Saúde – SUS, Lei nº 8.080/1990, artigo 12, parágrafo único e artigo 13; Sistema Único de Assistência Social – SUAS, Lei nº. 12.435/2011, artigo 12º, inciso 1; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9396/1996 artigo 87, parágrafo 5 que trata da educação em tempo integral e Plano Nacional da Educação – PNE, Lei nº 13.005/2014, meta 6, que trata da oferta de educação em tempo integral, prevendo na estratégia 6.4 fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e

esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;

- 7 Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, de 1990, artigo 13, parágrafo 2º; artigo 19- A, parágrafo 2º; artigo 70- A, inciso VI; artigo 88, incisos V e VI. A atuação em rede consta na Resolução 113/ CONANDA/2006, capítulo I, artigo 1º, parágrafo 1º; Capítulo III, artigo 5º.
- 8 O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em sua resolução 113/2006, dispõe sobre a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA. O SGDCA constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, que mesmo com atribuições distintas têm igual responsabilidade, assim deve haver a corresponsabilidade de cada um dos integrantes do Sistema, que deverão exercer suas funções em rede, a partir de três eixos de ação: Defesa (Sistema de Justiça: Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública/Civil e Militar, Conselho Tutelar...); Promoção (Poder Público, principalmente suas políticas públicas sociais de diversos setores: serviços/profissionais da Educação, Saúde, Assistência Social...); Controle Social (Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito municipal, estadual e nacional, Conselhos Setoriais de Políticas Públicas).
- 9 Instituições que já participaram e/ou participam da Rede de Pinheiros: Cidade Escola Aprendiz, Aprendizagem e Melhoramento Profissional – CAMP, Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, Colmeia: Instituição a Serviço da Juventude, Instituto NOOS, Doutores da Alegria, Fazenda História, Serviço Social do Comércio – SESC Pinheiros dentre outros.

Referências

- AMARAL, Carlos Eduardo M. & BOSI, Maria Lúcia M. Rede como transconceito: elementos para uma demarcação conceitual no campo da saúde coletiva. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 50/51, p. 1-6, 2016.
- BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988
- BRASIL. *Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Brasília: 1990.
- CASTELLS, Manuel. A Sociedade em rede: do conhecimento à política. In.: CASTELLS, M. & CARDOSO, Gustavo (Orgs.). *A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política*. Portugal: Imprensa Nacional/Casa da Moeda/Centro Cultural Belém, 2005. p. 17-30.
- CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.
- FERREIRA, Stela da Silva. Intersetorialidade e Políticas Públicas. *Salto para o Futuro – Educação Integral e Intersetorialidade*, Brasília: MEC/SEED, a. XIX, n. 13, p. 17-21, out. 2009.
- GOUVEIA, Maria Julia Azevedo. Intersetorialidade e a contemporaneidade. *Salto para o Futuro – Educação Integral e Intersetorialidade*, Brasília: MEC/SEED, a. XIX, n. 13, p. 10-16, out. 2009.
- GUARÁ, Isa Maria F. R. & GONÇALVES, Antônio Sérgio. Redes de proteção social na comunidade. In.: GUARÁ, Isa Maria F. R. (Org.). *Redes de Proteção Social*. Coleção Abrigos em Movimento – volume 4. São Paulo: Instituto Fazenda História & NECA, 2010. p. 11-29.
- HOUAISS, Antônio. *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Online, 2021.
- INOJOSA, Rose Marie & JUNQUEIRA, Luciano A. P. Práticas e saberes: desafios e inovações em gestão social. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 15, n. 45, p. 171-180, abr/jun. 2008.

INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. *Cadernos FUNDAP*, São Paulo, n. 22, p. 102-110, 2001.

REDE intersectorial de proteção integral à criança e adolescente da região de Pinheiros. *Relatório de 5 de fevereiro de 2016*. São Paulo, 2016a.

REDE intersectorial de proteção integral à criança e adolescente da região de Pinheiros. *Relatório de 1º de abril de 2016*. São Paulo, 2016b.

REDE intersectorial de proteção integral à criança e adolescente da região de Pinheiros. *Relatório de 10 de março de 2017*. São Paulo, 2017a.

REDE intersectorial de proteção integral à criança e adolescente da região de Pinheiros. *Relatório de 7 de abril de 2017*. São Paulo, 2017b.

REDE intersectorial de proteção integral à criança e adolescente da região de Pinheiros. *Registro em caderno de 1º de dezembro de 2017*. São Paulo, 2017c.

REDE intersectorial de proteção integral à criança e adolescente da região de Pinheiros. *Relatório de 2 de fevereiro de 2018*. São Paulo, 2018a.

REDE intersectorial de proteção integral à criança e adolescente da região de Pinheiros. *Relatório de 7 de dezembro de 2018*. São Paulo, 2018b.

SANICOLA, Lia. *As dinâmicas da rede e o trabalho social*. Trad. Durval Cordas. São Paulo: Veras Editora, 2015. Série Livros-texto, v. 3.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Um discurso sobre a ciência na transição para uma ciência pós moderna. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 2, n. 2, p.46-71, 1998.

VERMELHO, Sônia Cristina; VELHO, Ana Paula Machado & BERTONCELLO, Valdecir. Sobre os conceitos de redes sociais e seus pesquisadores. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, p. 863-881, out/dez. 2015.

WHITAKER, Francisco. Rede: uma estrutura alternativa de organização. *Mutações Sociais*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 1-10, 1993.